



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Gabinete da Ministra

Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade

Comitê de Participação Social, Diversidade, Equidade e Inclusão

ATA DE REUNIÃO

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL, DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO (CPADI) DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS (MGI).

1 DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REUNIÃO

Reunião realizada em 09 de setembro de 2025, às 10h, em formato online, pelo Teams.

2 PESSOAS PRESENTES

- **Pessoas Membras do Comitê de Participação Social, Diversidade, Equidade e Inclusão:** **Patrícia Cruz Andrade** – Consultoria Jurídica; **Raquel de Araújo Aragão** – Ouvidoria; **Taís Porto Oliveira** – Secretaria de Relações de Trabalho; **Adriana Batista Antunes** - Assessoria Especial de Assuntos Técnicos; **Karina Mendes Nunes Viana** – Assessoria Especial Controle Interno; **Mirian Lúcia Bittencourt Guimarães** – Secretaria de Gestão de Pessoas; **Nicolas Nascimento Santos** – Secretaria Executiva; **Gabriela Paula Silva Alves** – Secretaria de Patrimônio da União; **Luciana de Almeida Toldo** – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; **Mariana Marra Dantas** – Secretaria de Gestão de Pessoas; **Lucimar Rizzo Lopes dos Santos** – Secretaria de Serviços Compartilhados; **Lívia Santos Ramalho Evangelista** – Secretaria de Gestão e Inovação; **Érica Bezerra Queiroz** – Corregedoria; **Felipe Barradas Cordeiro** – Secretaria Extraordinária para Transformação do Estado; **Raissa Fonseca** – Secretaria Extraordinária para Transformação do Estado; **Camilla Pinheiro Pozzer** – Assessoria Especial de Controle Interno; **Luciene Sicuti Damazo** – Secretaria de Governo Digital; **Daniela Cristina Brito de Medeiros Santos** – Assessoria Especial de Cooperação Federativa; **Juliana Xavier Araújo** – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; **Ana Carolina Quintanilha dos Santos Loriato** – Ouvidoria; **Ana Laura Becker de Aguiar** – Assessoria Especial de Cooperação Federativa; **Ariana Frances Carvalho de Souza** – Secretaria de Relações de Trabalho; **Daniela Salomão Gorayeb** - Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade; **Juliana Mendes Rodrigues** – Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade.

- **Representantes de entidades vinculadas convidadas:** **Tatiana Leite Lopes Romani** - Escola Nacional de Administração Pública (Enap);

- **Representantes da sociedade civil convidadas:** **Renata Boulos** – Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades; **Aline Rocha** - Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades.

- **Outras pessoas convidadas:** **Marcos Paulo Dias Rodrigues** – Secretaria de Serviços Compartilhados; **Vitor Marcelo de Almeida** – Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade; **Henrique José**

3 ABERTURA

A reunião foi iniciada pela presidenta do CPADI, que deu boas-vindas às pessoas presentes e fez uma breve autodescrição, solicitando que as demais fizessem o mesmo, na medida em que fizessem uso da palavra, em respeito às diretrizes de inclusão e de acessibilidade.

Logo em seguida, a Secretária-Executiva do CPADI apresentou a pauta da reunião, que foi prontamente aprovada, com alguns ajustes, conforme abaixo:

1. Abertura
2. Debate com a sociedade civil – proteção dos direitos humanos e enfrentamento das desigualdades sociais e regionais, conduzido pelas representantes do Pacto Nacional de Combate às Desigualdades.
3. Apresentação do programa Engraxate Brasil, pela Sra. Lucimar Rizzo, Diretora de Administração e Logística.
4. Debate sobre temas específicos – Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação, pelas Sra. Juliana Almeida e Miriam Lúcia.
5. Discussão sobre o tempo das reuniões.
6. Status do trabalho do Selo PNUD.
7. Informes sobre o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+
8. Encerramento.

Na sequência, a Presidenta reforçou o papel central da participação social no Comitê, destacando o compromisso do MGI com o diálogo, a escuta ativa e a interação permanente com grupos da sociedade civil. Ressaltou que esses grupos representam populações historicamente vulnerabilizadas e que, mesmo em contextos democráticos, enfrentam dificuldades de acesso a espaços de decisão.

4 DISCUSSÃO

4.1 ITEM 2 – DEBATE COM A SOCIEDADE CIVIL – PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS.

A Sra. Aline Rocha, representante do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, apresentou dois pontos principais: uma introdução ao trabalho do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades e os destaques do último relatório produzido pela entidade.

Com relação ao Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, explicou que é uma iniciativa com o objetivo de monitorar e propor ações para enfrentar desigualdades sociais, econômicas, raciais, regionais e de gênero no Brasil. A entidade atua com base em dados e evidências, promovendo articulação entre sociedade civil e poder público.

Sobre os destaques do Relatório, a representante da sociedade civil os dividiu nas seguintes categorias, discorrendo um pouco sobre cada item:

Saúde: entre 2021 e 2023, aumentaram os óbitos por causas evitáveis, com destaque para homens e pessoas negras:

- a) Homens negros: 51,8%
- b) Mulheres negras: 37,8%
- c) Homens não negros: 39,4%

d) Mulheres não negras: 26,5%

Meio Ambiente: entre 2023 e 2025, o número de pessoas vivendo em áreas de risco geológico cresceu 7,5%, totalizando 4,3 milhões. E houve queda de 41,3% na área de desmatamento entre 2022 e 2024, mas é necessário observar esse dado em conjunto com indicadores de uso e ocupação do solo.

Segurança Pública: a taxa de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos caiu de 49,7% para 45,8%, mas permanece elevada, especialmente entre homens. E a taxa nacional de feminicídio manteve-se estável entre 2022 e 2024, mas o número absoluto de casos aumentou. Em São Paulo, a taxa subiu de 0,8 para 1,2.

Segurança Alimentar: apesar da saída do Brasil do mapa da fome, ainda há uma população equivalente à do Paraguai em situação de insegurança alimentar, e a maioria dessas pessoas são mulheres e pessoas negras.

Renda e Trabalho: a taxa de desocupação caiu para 6,6% em 2024, com redução mais intensa entre mulheres (de 9,5% para 8,1%) e população negra (de 9,1% para 7,6%). Ainda assim, mulheres negras seguem com as maiores taxas (9,6%), quase o dobro da taxa de homens não negros (4,6%). O rendimento médio das mulheres negras cresceu 5,2%, acima da média nacional (2,9%) e dos homens não negros (3%). Em 2024, mulheres negras receberam em média R\$ 2.008, o que representa apenas 43% do rendimento médio dos homens não negros (R\$ 4.636).

Pobreza: a proporção de pessoas pobres teve redução em 2024, mas continua afetando principalmente mulheres negras e homens negros. O Nordeste permanece como a região com maior prevalência de pobreza, seguido pelo Norte.

Desigualdade de Renda: em 2024, os 1% mais ricos do país tinham rendimento médio 30,5 vezes superior ao dos 50% mais pobres. Houve leve melhora em relação a 2023, quando essa diferença era de 32,9 vezes.

A Sra. Aline destacou que os indicadores refletem oportunidades e os direitos que ainda precisam ser garantidos. Apesar dos avanços em áreas como meio ambiente, educação e mercado de trabalho, persistem desafios estruturais relacionados à qualidade do emprego, rendimento e analfabetismo funcional. Por fim, enfatizou a importância de políticas públicas estruturantes e sustentáveis, capazes de enfrentar desigualdades persistentes e promover justiça social e tributária.

Ao comentar a apresentação do Relatório, a Sra. Daniela Gorayeb ressaltou que, mesmo após múltiplas análises dos indicadores, novas reflexões continuam emergindo, seja pela novidade dos dados ou pela intensidade com que impactam os debates sobre políticas públicas. Segundo ela, os avanços registrados em diversos indicadores ao longo de apenas dois anos demonstram a efetividade das políticas públicas implementadas, conforme também tem sido reiterado pelo Presidente da República e pela Ministra Esther Dweck. Tais avanços, embora ainda insuficientes frente às profundas desigualdades do país, representam mudanças significativas na vida das pessoas diretamente impactadas.

Ademais, ela também mencionou a realização do evento conjunto realizado na semana anterior, que contou com a participação de membros do Comitê e representantes do Pacto, e que teve como objetivo aprofundar o diálogo entre os dados apresentados e as ações do MGI. Neste evento, foram abordados quatro eixos temáticos: 1) Desigualdade de renda; 2) Segurança alimentar; 3) Desigualdade racial; e 4) Desigualdade urbana.

A Presidenta relatou que, a partir desses temas, foi possível identificar áreas de atuação direta do MGI, e que essa atuação tem promovido um serviço público mais inclusivo e democrático.

A Sra. Daniela encerrou sua fala ressaltando que os dados e análises apresentados pelo Pacto Nacional são fundamentais para orientar e intensificar as ações do MGI. A interação entre sociedade civil e governo fortalece a transversalização da agenda de combate às desigualdades, o que está devidamente inscrito no planejamento estratégico do Ministério e nas diretrizes emanadas pela Ministra Esther Dweck.

Na oportunidade, Sra. Renata Boulos, coordenadora do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, fez um breve comentário final, reforçando o caráter colaborativo da parceria com o MGI. Destacou que o relatório produzido pelo Pacto é uma ferramenta, um meio para alcançar o objetivo maior: a

redução das desigualdades no Brasil. E afirmou que o trabalho conjunto com a sociedade civil, sindicatos e o governo é essencial para construir um país mais justo.

4.2 **ITEM 3 – APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA ENGRAXATE BRASIL**

A Sra. Lucimar Rizzo, Diretora de Administração e Logística deste Ministério (DAL), apresentou o Programa Engraxate Brasil, fruto da atuação de uma associação sem fins lucrativos de moradores da região de Samambaia (DF). A proposta consiste na formação de pessoas em situação de vulnerabilidade social — jovens, adultos e idosos — para atuarem como engraxates profissionais.

Uma vez apresentada à DAL, a Secretaria de Serviços Compartilhados decidiu apoiar a iniciativa. A proposta foi submetida à consultoria jurídica do Ministério, que aprovou integralmente a criação de um acordo de cooperação com plano de trabalho, sem transferência de recursos financeiros.

O programa tem como objetivos principais: promover dignidade e inclusão social, capacitar profissionalmente os participantes e inseri-los no mercado de trabalho de forma autônoma. Cada participante recebe um kit inicial para atuação, que substitui o antigo modelo de caixote por uma pasta moderna e portátil. O MGI cede espaços físicos de forma não onerosa para atuação dos engraxates, que circulam pelas dependências do Ministério oferecendo seus serviços às pessoas que aqui trabalham. A iniciativa foi expandida para outros órgãos integrantes do ColaboraGov e, dos 13 órgãos participantes, 7 já aderiram ao programa.

Lucimar enfatizou que o programa também contempla a diversidade de gênero, com a inclusão de mulheres entre as pessoas engraxates, e que promove o trabalho digno, com profissionais identificados, uniformizados, capacitados e comprometidos com metas acordadas entre o grupo e prestação de contas. Além da atividade principal, os participantes realizam ações comunitárias mensais, como limpeza e revitalização de praças públicas, além de palestras educativas sobre cuidado com o espaço urbano e sustentabilidade.

Lucimar finalizou destacando o caráter transformador da iniciativa, que contribui diretamente para a redução das desigualdades e para a valorização do trabalho digno, reforçando o compromisso do MGI com políticas públicas inclusivas e sustentáveis.

4.3 **ITEM 4 - PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO**

A Sra. Juliana Rodrigues informou que, devido ao avançado da hora, o item 3 da pauta não poderia ser realizado conforme o previsto, visto que a convidada para a apresentação, precisou se ausentar por compromissos previamente agendados. Desta feita, a Sra. Miriam Guimarães propôs que a apresentação fosse reagendada para a próxima reunião ordinária do CPADI, o que foi acolhido pelas pessoas presentes.

4.4 **ITEM 5 - DISCUSSÃO SOBRE O TEMPO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS**

Dando sequência à pauta, a Secretária-Executiva retomou a proposta de ajuste na duração das reuniões ordinárias do CPADI e apresentou uma nova proposta: manutenção da frequência trimestral, conforme previsto na portaria de criação do Comitê, e realização de reuniões extraordinárias, sempre que necessário, especialmente quando a pauta da reunião ordinária não puder ser integralmente cumprida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretária-Executiva fez um balanço da pauta, informando que foram cumpridos os seguintes itens 1, 2, 9 e 5. Os demais itens foram remanejados para a próxima reunião, que, conforme decisão unânime tomada no item 4, será extraordinária. Serão tratados os assuntos dos itens remanescentes, a saber, 4, 6, 7 e 8.

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todas as pessoas participantes e informou que uma reunião extraordinária será agendada em breve para dar continuidade aos pontos pendentes da pauta. Assim, a reunião foi encerrada às 12h.

Por fim, foi lavrada a presente ata por Levinsky Sousa, da Coordenação de Promoção da Diversidade, Equidade e Inclusão, que depois de lida e aprovada, será assinada eletronicamente pela Presidenta e pela Secretária-Executiva do Comitê de Participação Social, Diversidade, Equidade e Inclusão.

6 APÊNDICE 1 – PLANILHA DE CONTROLE DE QUÓRUM DA REUNIÃO

ID	UNIDADE	TITULARES	SUPLENTE	TOTAL
I	Gabinete	1	0	1
II	Secretaria-Executiva	0	1	1
III	Assessoria Especial de Participação e Diversidade	1	1	2
IV	Assessoria Especial de Assuntos Internacionais	0	0	0
V	Assessoria Especial e Controle Interno	1	1	2
VI	Assessoria Especial de Cooperação Federativa	1	1	2
VII	Ouvidoria	1	1	2
VIII	Corregedoria	1	0	1
IX	Consultoria Jurídica	0	1	1
X	Secretaria de Gestão e Inovação	1	0	1
XI	Secretaria de Relações de Trabalho	1	1	2
XII	Secretaria de Governo Digital	0	1	1
XIII	Secretaria e Coordenação e Governança as Empresas Estatais	1	1	2
XIV	Secretaria de Serviços Compartilhados	1	0	1
XV	Secretaria de Gestão de Pessoas	1	1	2
XVI	Assessoria Especial de Comunicação Social	0	0	0
XVII	Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares	0	0	0
XVIII	Arquivo Nacional	0	0	0
XIX	Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado	1	1	2
XX	Secretaria do Patrimônio da União	0	1	1
TOTAL				24
Quórum de instalação da reunião		16/20=0,8	80%	

JULIANA MENDES RODRIGUES

DANIELA SALOMÃO GORAYEB

Presidenta



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Salomão Gorayeb, Chefe(a) de Assessoria**, em 01/10/2025, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Mendes Rodrigues, Coordenador(a)**, em 01/10/2025, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **54273397** e o código CRC **21B954C8**.

Referência: Processo nº 18001.002122/2025-52

SEI nº 54273397